

Os Direitos de Propriedade e o Desenvolvimento Endógeno

Marco Aurélio Pires de Pádua.

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-Mail: cpt.marco@hotmail.com.

Resumo

Todas as nações aspiram ao desenvolvimento, mas não há uma fórmula única para isso. Algumas das tentativas mais recentes feitas com esse propósito envolvem o estudo do desenvolvimento endógeno, o qual concentra todos os seus esforços desenvolvimentistas dentro da própria comunidade. Esse trabalho verifica como as instituições e os direitos de propriedade influenciam na busca pelo desenvolvimento, com base na revisão do referencial teórico de ambos.

O artigo chega à conclusão de que a forma mais eficiente e inclusiva de desenvolvimento para países subdesenvolvidos é através do desenvolvimento endógeno, no sentido utilizar uma estratégia desenvolvimentista própria da comunidade, utilizando os meios físicos e sociais disponíveis, sem interferência de agentes externos; ressaltando a importância da participação democrática e da eficácia do trabalho institucional com os direitos de propriedade, pois estes podem influenciar o desenvolvimento de forma positiva ou negativa.

Palavras chave: Institucionalismo, direitos de propriedade, desenvolvimento endógeno, estado, desenvolvimento.

Abstract

All nations aspire to development, but there is no single formula for it. Some of the more recent attempts made for this purpose involve the study of endogenous development, which concentrates all its developmental efforts within the community itself. This work verifies how institutions and property rights influence the search for development, based on the revision of the theoretical framework of both.

The article concludes that the most efficient and inclusive form of development for underdeveloped countries is through endogenous development, in the sense of using a development strategy of the community, using the available physical and social means, without the interference of external agents; highlighting the importance of democratic participation and the effectiveness of institutional work with property rights, as these can influence development in a positive or negative way.

Key words: Institutionalism, property rights, endogenous development, state, development.

1. Introdução

List (1983, p. 123) explica que, entre os indivíduos e a humanidade como um todo, existe “a nação”, com sua própria cultura, língua, sociedade, história, etc.; e existe em um território específico. As nações diferem entre si, mas as características comuns a todas elas englobam o impulso de autopreservação e a tendência ao aperfeiçoamento.

Dessa forma, List continua, a política deve policiar e transformar as nações, garantindo a sua existência e continuidade; e a economia política deve garantir o

desenvolvimento econômico de uma nação e prepara-la para o futuro. Assim, a nação passaria pelas fases seguidas de desenvolvimento: barbárie inicial, estágio pastoril, estágio agrícola, estágio agromanufatureiro e estágio agromanufatureiro-comercial.

Tal trajetória levaria a transformações sociais. Douglas North (1991) nota que o desenvolvimento das civilizações criou formas mais avançadas de comércio, as quais criaram as primeiras instituições, encarregadas de dar juros e garantias contra riscos comerciais. Mais tarde, North observa que a diferença entre instituições levou a modelos coloniais diferentes, onde alguns originaram colônias mais subdesenvolvidas; enquanto outros modelos geraram colônias mais prósperas.

North elaborou trabalhos posteriores onde ele atribui que o crescimento econômico no mundo ocidental atual se devia a segurança de direitos de propriedade e da garantia de uma série de liberdades aos cidadãos. As instituições auxiliam a garantir os direitos de propriedade, que influenciam no crescimento econômico através da sua eficiência.

Graças as relações comerciais internacionais e o aumento da globalização, o mundo inteiro está mais ligado. Um efeito adverso dessa relação é um aumento entre as diferenças desenvolvimentistas e de indicadores sociais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como dito antes por List (1983), todas as nações aspiram ao desenvolvimento, mas ele também coloca que as diferentes características entre as nações fazem com que os processos de desenvolvimento econômico tenham resultados diferentes entre os países. Dessa forma, não existe uma “fórmula mágica” para o desenvolvimento, pois uma estratégia bem sucedida em um país pode fracassar em outro.

Assim, estudiosos passaram a buscar diferentes alternativas para o desenvolvimento de países menos avançados. Uma dessas estratégias é o

desenvolvimento endógeno, que segundo Vergara (2004) é uma iniciativa local, que não faz parte da estratégia de grandes empresas ou de organizações externas, além da capacidade de inovar a nível local.

Barquero (2002), explica o processo de desenvolvimento endógeno partindo da suposição de que um território específico possua uma quantidade certa de recursos que condicionem o seu potencial de crescimento, assim, em uma certa hora, por iniciativa própria, tal região use novas ideias e projetos para otimizar o uso dos seus recursos, de forma a produzir bens e serviços que auxiliem em seu desenvolvimento.

Assim, este trabalho conduz um estudo analítico que objetiva saber como a ciência institucional se relaciona com o direito de propriedade e com o processo de desenvolvimento endógeno. Devido a presença de instituições na sociedade atual, uma estratégia de desenvolvimento endógeno precisa considerar a sua existência, de forma a saber se as instituições são benéficas ou não ao projeto endógeno, o qual pode ser afetado pela eficiência dos direitos de propriedade.

Para isso, o artigo inicia com uma revisão da economia institucional, observando autores como Veblen e Hogdson; seguido de uma análise sobre como funcionam os direitos de propriedade, com foco nas obras de North, cujos estudos mostram a relação entre direitos de propriedade, custos de transação, governança e crescimento econômico. Após isso, há uma análise dos conceitos do desenvolvimento endógeno, com foco nas obras de Barquero e Vergara, revisando um pouco da sua origem e os seus principais conceitos. O artigo conclui com uma reflexão sobre o assunto com observações referentes aos tópicos observados.

2. Referencial Teórico

O artigo usa a base teórica de dois trabalhos de Hodgson. No primeiro, Hodgson (1998), usa uma bibliografia extensa para explicar a economia institucional (também chamada de institucionalismo). As principais linhas de raciocínio sobre o trabalho de Hodgson compreendem assuntos como o funcionamento da economia institucional, os conceitos de hábitos e instituições e comparações entre o “velho” e o “novo” institucionalismo. No outro artigo de Hodgson (2000), ele faz uma análise do termo “economia institucional” desde o aparecimento do termo até a sua expansão, refinando a observação original. Durante a sua explanação, com auxílio de observações de outros estudiosos, Hogdson analisa critérios como as instituições, o indivíduo etc; complementando do seu trabalho anterior.

Evan Peters, (2003) faz uma análise onde e a importação de instituições anglo-saxãs a países de terceiro mundo (a monocultura institucional), por causa do raciocínio de que se tais instituições levarão ao desenvolvimento econômico é errônea e levará a resultados adversos, apresentando, em seu lugar um projeto de desenvolvimento deliberativo, com base no desenvolvimento da democracia deliberativa.

John Commons (1931) argumenta que a economia institucional contém aspectos que estudam o funcionamento da estrutura legal e o comportamento dos indivíduos, englobando muitas áreas de estudo, e tal análise fornece uma correlação entre economia, jurisprudência e ética que serve ao estudo da economia institucional.

Thorstein Veblen (1898) fez um artigo considerado um marco para o surgimento da economia institucional, onde o autor crítica à situação da economia e os estudiosos das ciências econômicas em sua época, dizendo que eles falharam na concepção de uma linha teórica e no comportamento dos indivíduos; devendo usar conceitos dos estudos evolucionários para a economia poder progredir como ciência.

Sobre o desenvolvimento endógeno, o artigo revisa os trabalhos de Vergara e Barquero. Vergara (2004) relaciona o desenvolvimento endógeno a um processo de inovação e/ou empreendedorismo com iniciativa local, sem influência externa. A contemplação de tal processo leva à análise das condições locais e dos processos sociais internos, que englobam as condições sociopolíticas e culturais de uma população.

Finalmente, Barquero (2002) enfatiza o processo de desenvolvimento endógeno como um processo de desenvolvimento autossustentado, onde ocorre o desenvolvimento do espaço urbano, a difusão do conhecimento e a flexibilidade institucional. O desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico e mudança estrutural feito pela própria população, utilizando o seu potencial e melhorando a vida da população; isso ocorreria em uma sociedade organizada e cultural.

Ambos os autores descritos enfatizam que as instituições desempenham um papel importante no processo de desenvolvimento endógeno. Barquero explica que o desenvolvimento tem raízes culturais e institucionais; enquanto Vergara diz que os processos de desenvolvimento são mais fortes em lugares com instituições bem estabelecidas. Comparando com os estudos de North sobre os direitos de propriedade, dados por instituições, eles devem fazer um serviço eficiente, do contrário, os direitos de propriedade ineficazes diminuem os benefícios do desenvolvimento econômico.

3. Revisão de literatura

3.1 O Institucionalismo

A economia institucional pode ser traçada a partir do artigo pioneiro de Veblen, “Why is economics not a evolutionary science?” (1898), onde a sua adição de conceitos evolucionários ao estudo econômico o tornou o primeiro economista evolucionário, no exato sentido do termo. Veblen critica as escolas econômicas neoclássicas de sua época, dedicadas mais ao estudo histórico do que ao estudo da teoria econômica.

Assim, deveria ser adotado o método científico usado pela biologia evolucionária para impulsionar o estudo econômico, fazendo com que essa se comportasse como uma ciência de fato. Outra crítica aos neoclássicos foi o erro deles em sua avaliação sobre os indivíduos, que seria motivado apenas a saciar os seus prazeres; Veblen, por sua vez, dizia que o indivíduo possuía um comportamento racional, que guiaria as suas escolhas.

Commons, no artigo “Institutional Economics” (1931), aponta que uma das dificuldades de definição para a economia institucional era a imprecisão de definir o que significa uma instituição; portanto, a economia institucional estuda os diferentes campos de conhecimento relacionados ao estudo da estrutura legal e o comportamento dos indivíduos. Logo, o que liga todas essas diferentes áreas de estudo é a definição de uma instituição como uma ação coletiva que controla, libera e expande a ação individual.

Os economistas institucionais estariam envolvidos com o funcionamento das transações e dos seus participantes. As transações se dividem entre transações de barganha, transações gerenciais e transações de racionamento; cujos participantes são controlados e liberados por regras, que podem trabalhistas, econômicas ou políticas.

A economia institucional precisaria ser acompanhada por uma psicologia institucional, que poderia ser nomeada como psicologia negociadora. Enfim, a economia institucional de Commons não se separa das escolas clássicas; ela se transfere para o

futuro ao dizer que a economia institucional lidaria com o controle legal das commodities e do trabalho, enquanto as teorias clássicas se envolveriam apenas com o controle físico.

Mas o estudos desses autores, conhecidos como “velhos institucionalistas” acabou se desgastando com o tempo. Hodgson (1998) aponta entre os motivos desse desgaste a negligência do estudo de história econômica e a falha do “velho” institucionalismo em suprir a teoria econômica com uma abordagem sistemática e viável.

Além disso, Hodgson aponta que o fracasso do institucionalismo foi provocado por mudanças na ciência social que ocorreram entre as décadas de 1910 – 1940; junto com a ascensão de um estilo matemático da economia neoclássica que surgiu durante as depressões na década de 1930, e conquistou muitos adeptos; tornando o institucionalismo inferior e menos rigoroso.

Os “novos institucionalistas” como North, e Williamson possuem pontos em comum com os “velhos institucionalistas”, como traçar a origem das instituições através de um modelo comportamental individual. Entretanto as vertentes diferem em pontos como a concepção do indivíduo, considerado pelos novos institucionalistas como imutável, desconsiderando os seus gostos e preferências. Durante os anos 1940-1975, os economistas ignoram o estudo das instituições; hoje, os economistas voltaram a analisar as instituições, dando mais foco ao agente (HODGSON, 2000).

Outro ponto em que ambas as vertentes se distinguem é o uso que a nova economia institucional faz da economia política na busca da origem da riquezas das nações. Isso foi abordado inicialmente por Coase e foi fundamentado por North, que durante a sua carreira intelectual, entre 1970 e 1990, desenvolveu o seu trabalho, em que analisa as relações entre o Estado, as liberdades e o crescimento econômico.

De uma forma geral, Hodgson (2000) explica que o institucionalismo possui atributos que vão desde a preocupação com questões políticas, até o reconhecimento de insights de outras disciplinas. O indivíduo seria construído social e institucionalmente, embora haja muitas variações desse raciocínio dentro da economia institucional, as quais trazem diferentes implicações para esta disciplina.

Uma simples análise superficial é complicada, por causa dos vários níveis de análise, os quais aparecem da mudança da abordagem institucionalista, cuja abordagem muda das instituições, da evolução dos processos econômicos etc., para abordagens específicas; que, por sua vez, se relacionam com instituições ou processos econômicos específicos. Entretanto, esses níveis diferentes precisam ser ligados em conjunto, com o auxílio das definições de instituições e hábitos (HODGSON, 1998).

A instituição pode ser definida pelo economista Walton Hamilton (1932), onde a instituição é apresentada como “um modo de pensamento ou ação de alguma prevalência e permanência, que é incorporado nos hábitos de um grupo ou os costumes de um povo”. Hodgson (1998) aponta que as instituições possuem em comum cinco características:

- As instituições tem o envolvimento e a interação dos agentes, com feedbacks de informações;
- As instituições possuem um número de características e concepções e rotinas comuns;
- As instituições sustentam e são sustentadas por concepções e expectativas;
- As instituições têm qualidades persistentes, relativamente duráveis, e auto reforçadoras;
- As instituições incorporam valores e processos de avaliação normativa, logo, as instituições reforçam sua própria legitimação moral, onde aquilo que persiste costuma ser visto como moralmente justo, não importando a razão.

3.2 Os Direitos de Propriedade

North (1991) já havia escrito sobre a história econômica, explicando as instituições como determinantes para o desenvolvimento das sociedades. Isso é notável em sua análise sobre as potências colonizadoras, onde o modelo institucional das colônias britânicas influenciou as instituições que as suas colônias criaram quando elas alcançaram a independência, e esses países que se tornaram mais desenvolvidos dos que os países originados das colônias de outros países como Espanha e Portugal, os quais possuíam modelos colonizadores mais defasados.

Assim, North nota (1973) que, mesmo que as instituições tenham um papel importante para o desenvolvimento, as instituições também podem atrapalhar esse processo. Nesse sentido entra o argumento de direitos de propriedade, visto que a sua ineficiência reduz o crescimento econômico potencial. Uma sociedade eficiente teria direitos de propriedade bem definidos (por sua vez, estabelecidos por instituições eficientes), diminuindo o efeito de externalidades negativas no sistema econômico.

Para North, a eficiência (diferente da definição neoclássica) de um direito de propriedade era medido pela capacidade de maximizar o investimento e a taxa de crescimento, enquanto minimizava as externalidades provocada por esses direitos, mesmo que isso prejudicasse alguém. Assim, o pensamento de North é influenciado por uma análise histórica, que conclui que o desenvolvimento de uma nação tem taxas de crescimento diferentes, advinda da transformação dos seus direitos de propriedade.

Entretanto, North (1992) não analisa apenas os direitos de propriedade. Ele, em semelhança com Coase (1937), também explica os custos de transação, como resultantes da manutenção dos direitos de propriedade; assim, os custos de transação definem os

ganhos obtidos e influenciam no desenvolvimento: custos de transação altos ou incertos levam a direitos de propriedade ineficientes e a baixa taxa de crescimento econômico.

North (1981) diz que cabe ao Estado se encarregar pelo crescimento econômico, já que, na sociedade atual, o Estado deve definir, atribuir e garantir direitos de propriedade. Para o Estado fazer as suas funções, ele monopoliza a definição e a garantia dos direitos de propriedade; e os impostos arrecadados pelo governo nesse processo seriam a sua remuneração. Esse poder monopolista que o Estado possui limites, como o poder de barganha de certos grupos na sociedade. A qualidade do desempenho do Estado na execução de suas tarefas é determinada pela natureza das instituições que compõem o Estado.

North (2000) continua, dizendo que o crescimento econômico no mundo ocidental não se devia apenas aos direitos de propriedade, mas a uma série de liberdades nas áreas políticas, religiosas e civil (não totalmente garantidas); as quais incluem: direito à fiança, proteção contra prisões arbitrárias, liberdades de expressão etc. Logo, temos uma relação entre as liberdades e o crescimento de instituições econômicas eficientes.

Dessa forma, chegamos a uma simplificação para o cerne da questão do crescimento econômico para North: o Estado tem um comportamento monopolista enquanto define, atribui e garante direitos de propriedade com o objetivo de possuir o excedente gerado no processo. O poder do Estado de extrair o excedente é limitado pelo poder exercido por grupos da sociedade e pela disputa entre governantes (NORTH, 1981).

Para contornar essa limitação, o Estado fornece uma proporção maior de direitos de propriedade e serviços a grupos de maior poder político. Entretanto, dependendo da forma em que esses grupos políticos administram os direitos de propriedade, a eficiência

não é alcançada e os custos de transação não diminuem, levando a estagnação e a decadência; e tal ônus é passado para as gerações posteriores.

Enfim, também deve-se lembrar que North não esperava que a relação entre o Estado e os grupos sociais se desse de forma coerente com o contexto de onde essa relação estivesse inserida, por causa de divergências entre a ideologia dos governantes e/ou governados e a interpretação da sociedade onde trabalham (FIANI, 2002).

4. O Desenvolvimento Endógeno

Barquero (2002) observa que a questão sobre o desenvolvimento, relacionado aos processos de acumulação de capital, foi retomada por países e/ou regiões em busca de uma alternativa viável capaz de resolver as suas necessidades e demandas. Tal processo começou a ser observado entre os anos 1980 e 1990 em países da América Latina e da Europa, que começaram a executar iniciativas de desenvolvimento local, ou passaram por uma transformação administrativa, fiscal e política que permitiu o uso de novas políticas desenvolvimentistas locais.

Nesse cenário de transformações acontece o chamado “desenvolvimento endógeno”, onde o desenvolvimento econômico é resultado de rendimentos crescentes vindos da aplicação do conhecimento nos processos produtivos e no uso de economias externas provenientes dos sistemas produtivos e das cidades. Pode haver algum tipo de influência externa, mas a maioria do processo geralmente parte da própria localidade.

O crescimento econômico depende de fatores determinantes, como a acumulação de capital e o progresso tecnológico. As determinantes do processo de desenvolvimento endógeno capaz de impedir um possível estado estacionário são: a difusão das inovações e do conhecimento, a organização flexível da produção, o desenvolvimento urbano do território e a flexibilidade e complexidade institucional.

A importância da difusão das inovações e do conhecimento para o crescimento econômico é que esta depende da apresentação e implementação de conhecimento e inovações para incentivar as transformações e renovações no processo produtivo. Portanto, a acumulação de conhecimento leva à acumulação de capital, onde os processos que levam ao crescimento e a mudança são provocados pelas inovações na produção; o que torna importante que os autores locais tomem decisões racionais nessa área. Para Vergara (2004), todo esse processo de difusão de conhecimento e inovações está limitado pelo entorno onde o processo se encontra.

As inovações e a tecnologia não são exclusivas do sistema econômico, sendo endógenas no sistema produtivo. Para o desenvolvimento endógeno, as inovações incluem a produção de novos bens, novos métodos produtivos, novos mercados e formas de organização, além de inovações incrementais, que incorporam as mudanças na engenharia dos produtos, dos métodos e das organizações; o que permite as empresas responder as concorrências do mercado.

Outros efeitos da introdução e da difusão das inovações e do conhecimento são o aumento da competitividade e da rentabilidade das empresas e dos sistemas produtivos, que levam ao aumento da eficiência produtiva, criando economias de escala benéficas aos envolvidos. A cooperação empresarial leva a introdução de inovações, que causam o aumento da produtividade e da competitividade das economias locais. Comparando com North, nota-se que a existência das inovações acontece na presença de uma matriz institucional que garante de forma legal os direitos de propriedade; caso eles não fossem estáveis ou seguros, seria mais complicado para que as inovações acontecessem.

A experiência de países europeus mostra que a organização flexível da produção está relacionada com a acumulação de capital; não com um grande número de empresas de vários tamanhos, mas como o sistema produtivo local se organiza, o que condiciona a

produção e a competição entre as empresas. As empresas locais e as suas interações fazem parte dos processos de desenvolvimento e mudanças estruturais locais, levando a rendimentos crescentes e economias de escala.

O benefício dos sistemas produtivos locais é de que essa rede cria mercados internos e áreas onde ocorrem várias trocas. Barqueiro observa que a questão do crescimento econômico local foi favorecida pela formação dos sistemas de empresas, e pela mudança entre a organização e interação das empresas. As novas formas de organização permitem as empresas melhorarem a sua eficiência, competitividade e planejamento, além de fazer um uso mais eficiente dos atributos territoriais.

O resultado desse processo é o trabalho com economias de escala na produção, trabalhos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e a diferenciação da produção; possibilitando a diminuição dos custos de transação entre empresas e seus departamentos, o que auxilia o crescimento econômico e as transformações estruturais.

Na atualidade, com a presença constante da globalização, as cidades se estabeleceram como lugares mais prováveis para o desenvolvimento, onde ocorrem as decisões de investimento, onde as indústrias se localizam e onde são produzidos bens e serviços; e onde os atores interagem entre si, segundo regras específicas.

O processo de criação e troca de informações, além das interações entre os agentes faz com que as cidades passem por constantes transformações e faz com que o mais importante na cidade seja a função que ela desempenha, e não o tamanho. Por sua vez, a cidade é o principal espaço do desenvolvimento endógeno, pois ela tem as condições para o surgimento de rendimentos crescentes, tem um sistema diverso de produção capaz de criar dinamismo econômico, possui um espaço que promove a interação entre os agentes e a criação de novos processos de inovação e aprendizagem.

Finalmente, Barquero (2002) indica a importância da flexibilidade e da complexidade institucional. Os processos de desenvolvimento possuem fundamentos nas instituições e na cultura, já que o desenvolvimento é executado por agentes de uma sociedade específica que possuem sua própria cultura e forma de organização. As diferenças entre as sociedades levam a criação de instituições que podem ter efeitos diversos em uma sociedade, já que os agentes nem sempre levam em conta a teoria econômica.

Vergara relata que o desenvolvimento tem grande influência das suas origens locais, sendo mais forte em lugares que já possuem sistemas mais desenvolvidos, logo, a cultura e os valores locais também influenciam o desenvolvimento regional.

Com o aumento da interação entre as empresas, pede-se o funcionamento de instituições cujas regras supervisionem essas relações. O desenvolvimento econômico é fortalecido em lugares com instituições bem estruturadas e organizadas, pois isso implica na diminuição dos custos empresariais, no aumento da confiança e da interação entre os agentes, estímulo empresarial e incentivo a aprendizagem e a interação.

De forma semelhante, North notou que a existência de instituições bem administradas levam à criação de direitos de propriedade eficientes, que levam a uma diminuição nos custos de transação, provocando efeitos positivos para o desenvolvimento econômico. Enfim, as instituições condicionam as formas pelas quais ocorrem a acumulação de capital e o posterior desenvolvimento econômico da região.

Vergara aponta que as teorias de desenvolvimento sofreram impactos com o surgimento de novos territórios em um mundo globalizado, que já estava sobre o efeito de uma aumento tecnológico e intelectual. Para tentar explicar porque regiões específicas se desenvolvem, as teorias regionais começaram a ganhar força. Portanto, a partir dos

anos 1980, a teoria do desenvolvimento endógeno começa a ser construída, em uma tentativa de explicar essas experiências recentes.

Atualmente, os novos conceitos de desenvolvimento começam a ser aplicados em regiões periféricas do planeta, em busca de novas alternativas para o próprio desenvolvimento, como a América Latina, que vê no Desenvolvimento Endógeno e em sua ênfase em aspectos como a criação e fortalecimento do capital social, a multiplicação do conhecimento, o empreendedorismo etc.; como formar de ultrapassar as suas peculiaridades e alcançar o crescimento econômico.

O processo de desenvolvimento endógeno acontece através de um processo de empreendimento e inovação, focado em seu próprio território, que não é influenciado por quaisquer organizações externas, já que possui uma estratégia própria que o permite trabalhar com a economia local.

Como o enfoque dessa alternativa de desenvolvimento é regional, precisa-se analisar as condições locais e sociais que provocam a acumulação econômica local, relacionada a fatores como cultura e as relações de poder. Vergara ressalta que tal análise é necessária por causa da desigualdade econômica, que pode ser um entrave para o desenvolvimento econômico.

A melhor forma sugerida por Vergara para a redução das desigualdades são as políticas que fomentem o emprego, que beneficiem o empreendedorismo e auxiliem as micro e pequenas empresas, além da criação de políticas públicas que auxiliem a política local e a participação da população. O melhor lugar para que tudo isso ocorra é o espaço local, onde o processo endógeno, com o uso de políticas gestoras locais ideais, consegue unir a participação democrática com o desenvolvimento local.

Dessa forma, não é possível alcançar o desenvolvimento apenas com o crescimento econômico, sendo necessários também diminuir o desemprego, a pobreza e a desigualdade. Vergara, relatando sobre o assunto, define que o processo de desenvolvimento endógeno não seria um processo isolado, sendo um processo feito pelas pessoas e para as pessoas.

Uma estratégia bem sucedida, além de conseguir alcançar o crescimento, permite identificar novos potenciais da região, de acordo com as suas capacidades e características, e a participação popular leva a regras mais eficientes e inclusivas.

Mas tais estratégias precisam ser pensadas com cuidado. Evans (2003) aborda os riscos de um planejamento o qual observa que a instituição ideal deve ser baseada com base em instituições anglo-americanas, tornando-se uma forma de alcançar o desenvolvimento, e essas instituições devem ser impostas em países subdesenvolvidos, o que é chamado de “monocultura institucional”; entretanto, tal modelo ignora a influência da sociedade e da cultura no funcionamento institucional.

As falhas desse modelo estão na sua incapacidade de criar crescimento de renda e na negligência sobre a distribuição dos bens coletivos, dando a preferência aos ganhos individuais. Isso acontece porque as instituições importadas não levam em conta as características do lugar onde estão inseridas. As falhas da monocultura institucional são insuficientes para revolver problemas de governança e podem reduzir a eficiência de transações financeiras.

No lugar do modelo da monocultura, Evans aborda um modelo “deliberativo”, com participação da população. Analisando outros casos, Evans argumenta que as instituições deliberativas fazem o cidadão participar do processo de escolha social e aumentam a disposição do cidadão no investimento e distribuição de bens públicos.

5. Conclusão

Uma resposta exata para a questão de como alcançar o desenvolvimento não é simples. Como notado por estudiosos como List e North, as nações possuem configurações diferentes, portanto, não há uma solução única para alcançar o desenvolvimento, cabendo aos países elaborarem a melhor estratégia possível de acordo com os recursos disponíveis.

Assim, como List explica, seria dever do Governo conduzir essa busca pelo crescimento econômico. Tal busca, entretanto, pode levar a armadilhas teóricas. Como North teorizou que o modelo de colonização anglo-saxônico levou a países desenvolvidos, há quem diga que se as instituições de tais países forem aplicadas em países subdesenvolvidos, tais países conseguiriam alcançar o crescimento.

Tal pensamento, nomeado por Evans (2003) como “monocultura institucional”, é na verdade, um erro. Os países em que essas instituições se localizam possuem características diferentes dos países em desenvolvimento, e tais instituições possuem configurações que não atendem as necessidades de países desenvolvidos, o que torna todo esse modelo ineficaz. Mais uma vez, podemos ver que, de fato, não há uma solução simples para o desenvolvimento.

Evans fornece uma solução que seria o “desenvolvimento deliberativo”, onde a população pode participar do processo desenvolvimentista, o que cria uma motivação e os meios para que esse processo aconteça. Provavelmente, a melhor alternativa que um país subdesenvolvido pode utilizar na busca pelo desenvolvimento seria o desenvolvimento endógeno.

O desenvolvimento endógeno foca a sua atenção em ações locais, usando os próprios recursos disponíveis mais a sua iniciativa em uma empreitada que leva ao desenvolvimento local. Para sustentar todo o processo, há investimentos em áreas como a infraestrutura e a educação, que leva a ganhos futuros. De forma semelhante ao desenvolvimento deliberativo de Evans, há a participação da população, cujo preparo ajuda a motivar o processo. Logo, temos um processo autônomo, que não se torna totalmente dependente de influências externas e que leva a resultados concretos.

Entretanto, também deve-se considerar o papel das instituições e do governo. North observa que a eficiência do trabalho do Estado com os direitos de propriedade pode levar a estagnação ou ao crescimento econômico. A forma da gestão governamental pode influenciar a eficiência das instituições, que por sua vez provoca mudanças na qualidade dos direitos de propriedade. List relata que o governo tem responsabilidade na gestão econômica, enquanto Vergara diz que junto com o processo de desenvolvimento, também deve haver políticas públicas que diminuam a desigualdade.

Finalmente, Barquero ressalta a importância da flexibilidade institucional para o processo de desenvolvimento endógeno. Com base nos trabalhos de North, torna-se importante sugerir que é fundamental que as instituições sejam eficientes, de forma a não criar entraves para o processo de desenvolvimento, por causa de efeitos adversos provenientes de direitos de propriedade ineficazes.

Portanto, o desenvolvimento endógeno parece uma alternativa lógica para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, por ser uma alternativa local cujo processo leva ao desenvolvimento regional como um todo, não estando restrito a alguns setores da economia. Mas é importante que essa opção deva estar acompanhada da participação popular, o qual auxiliaria a criar regras mais eficientes, reduzir o poder do Estado e criar um processo mais inclusivo para a população.

6. Bibliografia

BARQUERO, AV. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2002.

COASE, RH. **The nature of the firm**. *Economica*, London, v. 4, n. 16, (1937): 386–405.

COMMONS, JR. **Institutional Economics**. *American Economic Review*, v. 21, p. 648-657, 1931.

EVANS, P. **Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo**. *Sociologias*, ano 5, n. 9, 2003, p. 20-63.

FIANI, R. **Crescimento econômico e liberdades: a economia política de Douglass North**. *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 45-62. Campinas, jan./jun. 2002.

HAMILTON, WH. **Institution**. *Encyclopaedia of the social sciences*. New York, Vol. 8, 1932: 84–89. Disponível em:

<https://archive.org/stream/encyclopaediaoft030467mbp/encyclopaediaoft030467mbp_djvu.txt>. Acesso em 15 de jan. de 2019.

HODGSON, GM. **The Approach of Institucional Economics**. *Journal of Economic Literature*, Vol. XXXVI, p. 166–192, 1998.

HODGSON, GM. **What Is the Essence of Institutional Economics?** *Journal of Economic Issues*, 34:2, p. 317-329, 2000.

LIST, GF. **Sistema Nacional de Economia Política**. Abril Cultural. São Paulo, 1983.

NORTH, DC. **Structure and change in economic history**. New York: W. W. Norton & Co, 1981.

NORTH, DC. **Institutions and economic growth: a historical introduction**. *World Development*, Amsterdam, v. 17, n. 9, p. 1.319-1.332, Sept. 1989.

NORTH, DC. **Institutions**. *Journal of Economic Perspectives* v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NORTH, DC. **Transaction costs, institutions, and economic performance**. San Francisco: ICS Press, 1992.

NORTH, DC. **Institutions, economic growth and freedom: an historical introduction**. *Internacional Political Economy; Perspectives on Global Power and Wealth*, 4ª ed, p. 47 – 59. Routledge. London and New York, 2000.

NORTH, DC, THOMAS, RP. **The rise of the western world: a new economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

VEBLÉN, T. **Why is economics not an evolutionary science?** *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, p. 403-414, 1998.

VERGARA, PA. **Desenvolvimento Endógeno: Um Novo Paradigma para a Gestão Local e Regional**. IADH. Fortaleza, 2004.

